

**Peça Prática 03630**

Em 26 de fevereiro de 2010, um servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul teve seu ato de aposentadoria publicado no DOE, agora, em 13 de dezembro de 2017, o Tribunal de Contas do Estado, em processo administrativo, apontou irregularidade na concessão de uma vantagem ilegal reconhecida ao referido servidor no ato de aposentação, determinando sua imediata cassação da mesa.

Formule parecer jurídico, analisando todos os aspectos de natureza constitucional e administrativa que incide nesse caso, mencionando sempre que possível os dispositivos legais e as orientações doutrinárias e jurisprudenciais, caso haja, quando ao tema.